

ATA N.º 20

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA REALIZADA NOS PAÇOS DO
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA EM 31 DE OUTUBRO DE 2016**

PRESENTES:

- O Senhor Presidente da Câmara, Prof. Dr. Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues;
- O Senhor Vereador, Firmino Jorge Anjos Pereira;
- O Senhor Vereador Dr. José Guilherme Saraiva de Oliveira Aguiar;
- O Senhor Vice-Presidente Eng.º Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo;
- A Senhora Vereadora Dr.ª Maria Elisa Vieira da Silva Cidade Oliveira;
- A Senhora Vereadora Eng.ª Maria Mercês Duarte Ramos Ferreira;
- O Senhor Vereador Dr. Delfim Manuel Magalhães de Sousa;
- O Senhor Vereador Dr. Manuel António Correia Monteiro;
- O Senhor Vereador, Dr. Elísio Ferreira Pinto;
- O Senhor Vereador Arq. José Valentim Pinto Miranda.

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO ART.º 39 DA LEI Nº. 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO:

- A Senhora Vereadora Dr.ª Maria Cândida Oliveira

PRESIDIU À REUNIÃO:

- O Senhor Presidente da Câmara, Prof. Dr. Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues

SECRETARIOU A REUNIÃO:

- A Diretora Municipal de Administração e Finanças, Dra. Manuela Garrido

HORA DA ABERTURA: 17 horas

HORA DE ENCERRAMENTO: 19 horas e 10 minutos

PRESIDÊNCIA/VEREAÇÃO

PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017

Foi presente o documento referido em epígrafe que se anexa no final por fotocópia sob o nº 1, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 26.10.2016"

O Sr. Presidente disse que este plano vai apresentar a melhor execução financeira de que há memória em Vila Nova de Gaia. Que tem feito esta afirmação todos os anos, mas também é verdade que quando é apresentado o relatório e contas para análise, comprova-se que aquilo que tem dito se confirma. Que este plano beneficia de um aumento da receita oriunda do Orçamento do Estado, na ordem dos 2,4%, cerca de 750 mil euros a mais, os quais são integralmente desviados para o bolso das famílias, devido à redução de 1,1% do IML, que foi aprovado na última reunião de Câmara, ou seja, do ponto de vista de encaixe orçamental na receita, o saldo é zero. Que por outro lado, é um orçamento que não inclui um cêntimo do quadro comunitário, porque a Câmara optou por seguir as regras da IGF e as regras da execução orçamental. Que a IGF está na Câmara Municipal, respondendo positivamente ao pedido que pessoalmente fez por escrito, quer à IGF quer ao Tribunal de Contas. Disse que a IGF foi clara em explicar que, apesar de a Câmara Municipal ter assinado os PEDU's e os PDCT's, não tinha legalmente condições para considerar as receitas oriundas desses dois pacotes e num dos casos, está-se a falar de 32 milhões de euros e, em outro caso, de 6 milhões de euros, pelo que, a Câmara Municipal abdicou de incluir na receita 38 milhões de euros, que dariam muito jeito para mostrar uma enorme capacidade de angariação de receita. Disse que a Lei elaborada pelo Governo anterior, a seu ver mal elaborada e continuada pelo atual Governo, faz com que seja considerada como receita, apenas aquela que estiver contratualizada para a rubrica em questão e não receita genérica. Que não é essa a sua opinião e aproveitou o facto da IGF estar na Câmara, para trocar umas impressões e deixar claro que a Câmara Municipal não contemplaria um cêntimo dessa receita. Disse que posteriormente, a Câmara Municipal teve de manter as suas prioridades e grande parte delas garantidamente financiáveis, no âmbito do PDCT e do PEDU, mas abri-las apenas em rúbrica genérica ou quando é em rúbrica específica, abri-las com uma verba sempre residual de 1.000 euros ou de 5.000 euros, apenas para se ficar com a rúbrica aberta, para quando vier a candidatura, a Câmara Municipal, através de uma alteração orçamental, fazer o devido ajuste. Por outro lado, é um PAO que reforça as transferências para as juntas de freguesias e por isso foi aprovada uma recomendação em outubro nesse sentido, no mesmo valor que o Orçamento de Estado reforça as transferências para as Câmaras Municipais. Lembrou aos Srs. Vereadores que, ao contrário e em abono deste orçamento, existe um histórico de 3 anos em que em cada ano, o que estava contemplado para as juntas de freguesia, iria ser amplamente alargado por via dos contratos interadministrativos e como todos têm visto nos relatórios e contas, as transferências para as juntas de freguesia têm aumentado anualmente, mesmo comparativamente com mandatos anteriores, quando se faz a junção dos acordos de execução com os contratos interadministrativos e isso tem sido evidente em cada reunião de Câmara. Sublinhou o facto de finalmente a Câmara Municipal entrar em velocidade cruzeiro no Gaiaprende+ e no Gaia+Inclusiva. Que no Gaiaprende+, a Câmara Municipal já estava num patamar importante, mas com o alargamento de resposta às crianças com necessidades educativas especiais, ganhou-se um músculo fundamental. Relativamente ao Gaia+Inclusiva, a Câmara Municipal arrancou este ano com este programa de ação social e lembrou que demorou-se nove meses para aprovar o regulamento, fruto da burocracia que a Lei implica na aprovação do mesmo. Disse que a Câmara Municipal está convicta que, para além do Fundo de Emergência Social que se vai ter até ao final do ano, no próximo ano vai ter em força um Programa Integrado de Apoio Social, que é dos mais ambiciosos do País, apesar da situação financeira. Disse que a Câmara Municipal vai arrecadar cerca de um milhão de euros de juros de mora, que a Câmara Municipal comparativamente com 2015 e 2016 deixou de pagar e que estão integralmente desviados para funções sociais e para investimento, que não sendo uma função social no sentido imaterial, é uma função social, por exemplo, da reabilitação das IPSS's, que sendo obra e investimento de capital, são possíveis e são financiadas pela redução de mais de um milhão de euros de juros de mora que a Câmara Municipal estava a

Handwritten signature and number 6

pagar nos anos anteriores. Que até ao início do próximo ano e antes da apresentação do relatório e contas, terá a oportunidade de fornecer um mapa das conflitualidades jurídicas e demonstrar que a Câmara Municipal conseguiu encerrar grande parte delas, sobretudo aquelas que envolviam dinheiro e indemnizações e aquelas que estão em aberto, está convencido que na próxima reunião de Câmara dará boas notícias aos Srs. Vereadores, pelo menos, no que diz respeito a lutas que no passado foram assumidas como lutas impossíveis, como a questão da EDP e a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Disse que foram ouvidos todos os grupos políticos que a Lei obriga na elaboração do Plano e Orçamento, assim como, os presidentes das juntas de freguesia e instituições, nomeadamente, a direção do Hospital de Gaia, as escolas, principalmente as envolvidas no PDCT, no sentido de aferir até que ponto é que se justificaria que uma Câmara Municipal assumisse a afetação de verbas que são basicamente de responsabilidades integrais do Orçamento do Estado e fazer isto numa lógica de compromisso institucional com o próprio concelho. Disse que o presente documento é sério, rigoroso e absolutamente razoável do ponto de vista da sua capacidade de vir a ser cumprido e, quando se olha para o passado, sobretudo quando se olha para a execução até 30.09.2016, está seguro em poder afirmar que o caminho trilhado nestes dois anos e nove meses, dá a garantia que este PAO será a "cereja no topo do bolo" de um mandato que começou muito difícil, mas que terminará bem. Referiu que o próximo ano será o primeiro ano em que a Câmara Municipal beneficiará do quadro comunitário neste mandato. Que podem dizer ser uma desculpa política para não ter grandes obras, mas ajuda a explicar a razão pela qual faz tanto sentido que a Câmara Municipal assumisse a estratégia que assumiu. Disse que em 2017, Vila Nova de Gaia estará no primeiro dia do resto da sua vida, no sentido que vai ser o primeiro ano em que a Câmara Municipal vai poder contar com um pacote financeiro suficientemente forte e, simultaneamente, com uma capacidade própria de poder, com a sua dotação orçamental, comparticipar os múltiplos apoios, regulamentos e candidaturas que venham a ser abertas e que a Câmara Municipal não pretende dispensar nenhuma. Relativamente ao pessoal, entendeu juntar a este documento o mapa de pessoal da Câmara Municipal e das duas empresas municipais, para mostrar, com números rigorosos, que não houve nenhum aumento efetivo de pessoal na Câmara Municipal e que a própria Câmara Municipal, autonomizada das Águas de Gaia e da Gaiurb, mesmo depois de ter incorporado o pessoal da Gaianima e do Parque Biológico, tem saldo zero nas suas entradas e as empresas municipais, uma mais do que outra, mas por razões diferentes. Disse que a Câmara Municipal não teve nenhum acréscimo de pessoal nem nenhum acréscimo de entrada de novos funcionários, pelo contrário, manteve em rácios absolutamente minimalistas, quando comparado com o que foi herdado. Disse que se tudo correr bem e daqui a um ano, a Câmara Municipal chegará ao final de 2017 no verde, no ponto de vista dos limites de dívida que a Lei impõe e, se o conseguir, como este orçamento aponta para que aconteça, vai-se conseguir em 4 anos, passar de uma Câmara que estava nos limites de entrar no FAM, para uma Câmara que entra no rol das Câmaras cumpridoras dos limites de endividamento. Disse ainda que em 2016, conseguiu-se encerrar o PAEL, iniciado em 2011.

O Sr. Vereador Firmino Pereira disse que um dos problemas que existe todos os anos e para quem não tem uma informação privilegiada, é não ter a possibilidade de ver o nível de execução orçamental de 2016 a esta data, o que dificulta e compromete uma análise dos valores propostos no orçamento. Que para quem está na oposição, esta situação sempre aconteceu, mas é uma informação que não existe em termos daquilo que é a execução do orçamento de 2016, para se poder analisar os compromissos que estão por pagar e quais são os valores propostos para o próximo ano. Disse que este documento refere-se excessivamente ao passado e de forma muito reduzida e limitada, àquilo que é uma perspetiva para o futuro. Disse que limita-se a seguir uma estrutura e conteúdos dos anos anteriores e volta a copiar integralmente parte de textos de planos anteriores e apenas a componente descritiva final do plano é diferente, mas pensa ser muito pouco aquilo que é referido. Que a confusão de desejos e ambições continua muito longe da realidade, porque a expectativa não se vê contemplada naquilo que é a programação financeira, o que o leva a concluir que grande parte dos projetos são irrealistas e as possibilidades de se concretizarem não surgirão em 2017, porque não há correspondência na respetiva despesa.



Disse que o documento constitui a confissão clara da incapacidade da Câmara para dinamizar o instrumento gerador de progresso e bem-estar e fundamental, que seria atrair investimento empresarial para Gaia, devido às potencialidades do Concelho para gerar emprego sustentável que beneficiasse os gaienses. Que há um forte anúncio de investimento em equipamentos e infraestruturas, que se avançassem todos em simultâneo, a única forma de os contemplar seria através do endividamento da Câmara e esse não é o rumo que a atual maioria tem para o Município. Disse que o orçamento tem mais de 2,3 milhões de euros em relação ao do ano passado, que já foram justificados, contudo, gostaria de ser esclarecido em relação à rubrica das “taxas, multas e outras penalidades” que passa de 3,1 milhões de euros em 2016 para 5,7 milhões de euros em 2017, ou seja, um aumento de 2,6 milhões de euros, que na sua maioria, está orçamentado na rubrica “juros de mora”. Perguntou qual a justificação deste aumento, quando em 2016 na rubrica “juros de mora” tinha-se 200 mil euros e agora passa para 2,6 milhões de euros. Que em termos de despesas correntes, há uma tentativa de reduzir a despesa corrente em 4,6 milhões de euros, o que lhe parece ser pouco alcançável em virtude dos dados disponíveis no mapa de demonstrações resultantes do primeiro semestre de 2016. Em relação às horas extraordinárias, disse haver um aumento de previsão de despesas de 250 mil euros em 2016 para 650 mil euros em 2017. Relativamente à aquisição de bens e serviços, verifica-se a redução de 59 milhões de euros em 2016 para 55,1 milhões de euros em 2017, mas analisando o mapa sobre a demonstração financeira da Câmara Municipal a 30 de junho de 2016, este alertava para a derrapagem na rubrica de serviços externos, em cerca de 7%, quase um milhão de euros em igual período de 2015. Que no rol de 64 projetos não vai perguntar quanto é que a Câmara Municipal pensa gastar em 2017, porque a maior parte deles não tem qualquer implicação financeira nas Grandes Opções do Plano. Relativamente à adesão do Município à municipalização dos STCP, disse que a Câmara Municipal do Porto já incluiu no seu orçamento uma verba que será a sua comparticipação previsível na futura gestão da municipalização dos STCP, pelo que pergunta se foi opção do Município de Vila Nova de Gaia não incluir nenhuma previsão de despesa para a municipalização dos STCP ou se o Município pensa que esta municipalização não acarretará qualquer despesa. Solicitou informação sobre qual é a rubrica onde está a reabilitação do Auditório Municipal. Relativamente às Grandes Opções do Plano e na página 3, disse haver uma rubrica nova de 2 milhões e 500 mil euros relativa ao “Acordo Quadro para a Instalação de Serviços Municipais”, perguntando qual é o âmbito do referido acordo. Que na página 4, lamenta que, apesar do que referenciou no ano passado, este ano ainda é pior a verba inscrita referente ao orçamento participativo. Entende e tem-se revelado em outros Municípios e até o próprio Governo colocou uma verba para o orçamento participativo no Orçamento do Estado, que Vila Nova de Gaia deveria ter maior atenção no contributo generoso e criativo dos Municípios naquilo que será um orçamento diferente, porque deduz que 30 mil euros não chega para grandes opções apresentadas pelos Municípios. Entende que o orçamento participativo tem sido abandonado e deveria de ser alvo de melhor atenção por parte do Município. Que na página 8 e na rubrica “comunicação, relações públicas institucionais externas”, aparece um valor de 276 mil 580 euros em trabalhos tipográficos, fotográficos, design e outros, pelo que, gostaria de saber qual o destino da referida verba. Que na mesma página e na rubrica “nova imagem institucional de Gaia – serviços especializados” aparece uma verba de 156 mil 120 euros, pelo que, gostaria de saber para que se destina ou para que se destinou. Que na página 9, na rubrica “participação do Município em empresas, fundações e outros” aparece o valor de 253 mil 850 euros e consultadoria 128 mil euros, pelo que, gostaria de saber qual o destino destes valores significativos. Que na página 14 e relativamente ao projeto Gaiaprende+, disse que não lhe custa verificar o entusiasmo do Sr. Presidente da Câmara quando fala do referido projeto, porque foi um projeto muito pessoal e que avançou para transformar as atividades de enriquecimento curriculares com outro tipo de aproveitamento, mas fica assustado com a expressão dos gastos no projeto, que neste orçamento aparece com 611 mil 870 euros e gostaria de saber a quem é que se destina esta verba, se é para compromissos novos para 2017 ou é para pagar despesas de 2016 e anuncia que na próxima reunião de Câmara irá fazer um requerimento, no sentido de ser esclarecido para que instituições de apoio ao projeto

Gaiaprende+ têm sido distribuídas estas verbas, que começam a atingir valores bastante elevados. Que o projeto Gaiaprende+i tem um valor de 185 mil euros e que a mesma dúvida lhe surge, para quem é distribuída esta verba. Relativamente à rubrica "campos de aprendizagem", solicitou esclarecimentos sobre a mesma. Que nesta rubrica aparece uma verba de 1 milhão 150 mil euros e gostaria de saber que projeto se trata. Na página 15, o protocolo com a Fedepagaia é de 308 mil 820 euros e gostaria de saber qual é o alcance deste protocolo em termos de um valor tão significativo. Que nesta mesma página, há a referência ao Centro de Formação da Escola Superior de Tecnologia e Saúde, com uma verba de 150 mil euros, pelo que gostaria de saber o que é que a Câmara Municipal vai fazer nesta escola, para ter inscrito uma verba tão elevada. Disse que na página 18, existe um projeto novo que desconhece e designado por "o valor mais sénior", que tem uma dotação de 415 mil euros, pelo que, perguntou que projeto se trata e a razão do gasto de uma verba tão elevada. Que na rubrica genérica de "espaço público" aparece a construção/requalificação de espaço público, com o valor de 335 mil 380 euros e para 2018, 700 mil euros, pelo que, gostaria de saber qual é a intervenção que está inscrita nesta rubrica genérica. Quanto à Gaiurb, disse que aparece uma verba de transferências correntes de 3 milhões de euros e gostaria que a verba fosse decifrada naquilo que são compromissos para pagar em 2016 e qual será a verba de transferências correntes para 2017. Que na página 19, aparece um novo projeto designado por "Interculturarte" de 530 mil euros, pelo que, perguntou do que se trata. Relativamente à página 36, disse que a Inovagaia deixou de ter transferências da Câmara, mas aparece uma dotação de 100 euros para que a rubrica não desapareça. Que esta situação aconteceu em 2016 e gostava de saber como é que a Inovagaia tem conseguido gerir as suas despesas de funcionamento e outras, sem o suporte financeiro que a Câmara Municipal deixou de transferir.

O Sr. Presidente disse que já se colocou no email do Sr. Vereador a execução orçamental à data de setembro de 2016 e isso teria sido feito se tivesse sido solicitado, embora que o Sr. Vereador também saberá que uma boa parte da execução orçamental ocorre no último trimestre do ano, pelo que, é um comparar artificial, porque se está a comparar um orçamento anual com uma execução de três trimestres que excluem o último que tem os 7 milhões e meio de euros do empréstimo de curto prazo e de alguns pagamentos que só se efetuam no final do ano. Relativamente à taxa de multas e outras penalidades, disse haver um aumento e salvo algum erro que possa acontecer, todas as verbas inscritas já estão contratualizadas e o Sr. Vereador saberá que o Ministro das Finanças decidiu há cerca de uma semana e meia, transferir para os Municípios o valor dos juros que era sonogado ao longo dos anos relativamente ao IMI. Disse que o Ministro das Finanças referiu que a partir do presente ano inclusive, o Ministério das Finanças transferiria para as Câmaras Municipais, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2016, o montante de juros devidos pelos atrasos de pagamento de IMI e isso significará para a Câmara Municipal 2 milhões e 700 mil euros e a Câmara teve em conta esse montante adicional. Disse que a Câmara Municipal não contabilizou na íntegra, mas existe um valor residual que andarà na ordem dos 500 mil euros que a Câmara tentará cobrar, no âmbito do pagamento das refeições escolares de famílias que, não por razões socioeconómicas mas por teimosia, não pagam e algumas dívidas nem são deste mandato. Que na próxima reunião de Câmara, apresentará uma informação em que o Município arrecadará 600 mil euros de Taxas Municipais de Direitos de Passagem que a EDP nunca pagou e que a Câmara Municipal ganhou no Tribunal Arbitral contra a EDP, sendo o primeiro Município do País a fazê-lo e só lhe falta confirmar oficialmente a decisão do Tribunal. Que a questão da EDP já explica este aumento, todo ele contratualizado. Disse que a explicação do IMI responde ao Sr. Vereador no que fiz respeito ao aumento na arrecadação de receita relativamente ao IMI. Que o valor a receber está aumentado pelo facto de se estar a contabilizar não apenas o valor do IMI tributável, mas também os juros a partir deste ano de 2016, incluindo o ano de 2017. Relativamente à questão do trabalho extraordinário, disse haver um aumento transitório, porque existe um conjunto de serviços com uma pressão enorme, nomeadamente, os serviços financeiros, os bombeiros e polícia municipal que, para estarem abertos 24 horas por dia, ou se pagam horas extras ou não há pessoal para garantir o funcionamento dos serviços. Que tal como acontece em rubrica e irá identificar, é importante que não perca de vista que o aumento destas horas extras

é compensado por aumento da receita das entidades que pagam os serviços, por exemplo, a polícia municipal e todo o trabalho extraordinário é pago pelas entidades que o requisitam. Disse que em 2018 serão abertos concursos nomeadamente em áreas em concreto, onde existem setores com escassez de funcionários e os poucos que existem, fazem trabalho extraordinário.

Relativamente aos STCP, disse que na semana passada, o Presidente do Conselho Metropolitano numa entrevista dizia que muito provavelmente a 1 de janeiro seria impossível os Municípios assumirem os STCP. Que o processo está atrasado e o veto do Presidente da República aos estatutos dos STCP criou uma confusão que vai durar até ao final do ano, pelo que, pela mesma ordem de razões de honestidade processual, não se incorporou os 32 milhões do PEDU, também não faria sentido incorporar a STCP quando ainda nem sequer está assinado o contrato. Que está apenas assinado um memorando não quantificado entre os seis Municípios e mesmo que, por alguma razão, no dia 1 de janeiro a Câmara Municipal conseguisse assumir os STCP, o valor que Vila Nova de Gaia tem como potencial máximo é de cerca de 450 mil euros, portanto, perfeitamente acomodável numa revisão orçamental ou numa rubrica genérica. Entende que isso não vai acontecer, porque acha que neste momento não há condições para que a partir de 1 de janeiro de 2017, os Municípios assumam os STCP, o que não impede que ao mesmo tempo defenda que deve acontecer, mas deve acontecer de uma forma transparente e como mandam as regras.

Relativamente à rubrica das “instalações dos serviços municipais”, disse tratar-se de um conjunto de melhorias em instalações de serviços municipais que inclui as antigas instalações da PSP, da 2ª fase de reabilitação dos serviços administrativos ligados à Educação e Ação Social, na Avenida da República, mas lembrou que este montante de obra está compensado pelo facto de a Câmara Municipal deixar de pagar 9 mil euros por mês de rendas, no edifício do Torne. Que o investimento que se vai fazer é de reabilitação, para melhorar a qualidade dos serviços, mas prescindindo de outros espaços e deixando de pagar rendas.

Relativamente ao orçamento participativo, disse que não pode esconder que o Sr. Vereador Firmino Pereira tem alguma razão, mas também não pode esconder que num Município que viveu aquilo que viveu, o orçamento participativo vai-se fazendo por etapas. Que em 2016 teve um orçamento participativo que custou cerca de 30 mil euros e foi um orçamento participativo vocacionado para os estabelecimentos de ensino, que teve uma participação interessante das escolas.

No que diz respeito à rubrica “comunicação, relações públicas institucionais externas” disse tratar-se de todos os serviços que a Câmara Municipal tem em curso, no âmbito da reestruturação da Câmara Municipal de Gaia, por um lado com o valor da tipografia da nova marca, por outro lado as conferências de Gaia que estão contratualizadas com o Jornal de Notícias. Relativamente à nova imagem da Câmara, o interesse é que a verba de 120 mil euros corresponda à execução de um conjunto de artefactos que consiga transformar a nova imagem numa marca “cidade”, ou seja, na relação da Câmara Municipal com as empresas que venham adotar a nova marca, como a marca “cidade” e, desse ponto de vista, valorizar a própria cidade.

Relativamente ao Gaiaprende+, disse não haver valores elevados e o que está no orçamento é uma comparação muito simples, ou seja, o tempo em que havia um ATL que custava à Câmara Municipal 250 mil euros/ano que eram protocolados com a Fedepagaia, mas que dizia apenas respeito ao ATL durante o ano letivo. Que a Gaiaprende+ inclui os 12 meses, ou seja, 52 semanas por ano e é evidente que tudo isto custa mais dinheiro, mas também é evidente que o Sr. Vereador ao analisar a receita, verifica que existe uma comparticipação dos pais. Que onde não há a comparticipação dos pais é na Gaiaprende+i, onde é gratuito. Que estes dois projetos são um orgulho para Vila Nova de Gaia, que há interesse de outros Municípios nos mesmos e, por outro lado, enquanto no passado o ATL dizia respeito a cerca de 2.000 alunos, neste momento são 5.000 alunos, o que corresponde a 1/3 dos alunos JI/Pré-Escolar e é óbvio que aumenta a despesa, mas também aumenta a receita e o projeto é absolutamente sustentável.

[Handwritten signature and initials]

No que diz respeito à rubrica dos “Campos de aprendizagem e o Interculturarte” disse tratar-se de dois projetos assumidos entre a Câmara Municipal e a Gaiurb, que fazem parte do PEDU. Que o valor é elevado, porque é participado a 100% e são valores que dizem respeito a ações imateriais do próprio PEDU. Que estas são as duas ações imateriais que a Câmara Municipal quis contemplar, independentemente de ainda não estarem assinalado no PEDU como ações que a Câmara Municipal pretende fazer nos bairros, porque são ações que independentemente de serem contempladas ou não, o orçamento municipal pode acomodá-las. Que os “campos de aprendizagem” são um novo nome por aquilo que o anterior executivo fez com o projeto da Matemática nos bairros. Que os campos de aprendizagem dizem respeito a uma espécie de grandes salas de estudo e de aprendizagem na área das artes, do desporto, da cultura, escolas de modalidade, etc. Que o Interculturarte é um evento cultural internacional, que a Câmara Municipal tentou que seja igualmente abrangente para a criação de novos públicos para a cultura. Que está incluído no PEDU e se este financiar, fica a zero do ponto de vista municipal, se não financiar, a Câmara Municipal tem dinheiro no orçamento municipal para o fazer.

Relativamente à Fedepagaia, disse que o Vereador sabe a resposta, porque os 308 mil euros são a dívida herdada do último ano e meio do mandato anterior e que não foi pago à Fedepagaia relativamente ao ATL. Que quando tomou posse, tentou resolver a questão com a Fedepagaia, mas os Serviços Jurídicos da Câmara Municipal disseram que a Câmara Municipal não podia protocolar retroativamente e em ano letivo diferente, um valor tão avultado.

Relativamente à reabilitação da Escola de Tecnologia e Saúde, disse que a Câmara Municipal tinha a promessa de avançar com a construção de um centro de formação e esse compromisso foi assinado pelo ex-Primeiro Ministro Passos Coelho, mas semanas depois a Câmara Municipal foi notificada pelo IPP de que a Escola Superior de Tecnologia e Saúde sairia do concelho no início do presente ano letivo e o raciocínio da Câmara Municipal foi travar a fundo na construção do equipamento novo e desviar o centro de formação para a Escola Superior de Tecnologia e Saúde, sendo necessário fazer uns arranjos e transformá-la, com 150 mil euros, num espaço que sirva para integrar o centro de formação. Que o novo centro de formação profissional vai ser materializado não com um edifício novo, mas com a utilização da Escola Superior de Tecnologia e Saúde, porque a Câmara Municipal está a pagar 48 mil euros/mês ao Banco de Leasing Imobiliário pela escola e entende não fazer sentido ter a escola ao abandono e sem qualquer utilização e ao mesmo tempo estar a construir um novo edifício para o centro de formação. Que o objetivo da Câmara Municipal é rapidamente adaptar o espaço e conseguir o acordo com a Segurança Social e Emprego. Que aquilo que a Câmara Municipal vier a receber da renda, vai servir para amortizar aquilo que se está a pagar à Caixa Geral de Depósitos.

No que diz respeito ao Programa Mais Sénior, disse que o mesmo está relacionado com o apoio a todos os idosos, não se limitando apenas aos bairros.

No que diz respeito ao arranjo dos espaços públicos, disse estar relacionado com a reabilitação de espaços públicos de interesse público que já estão a ser efetuados e outros que se prolongam para 2017, nomeadamente, a rotunda Pádua Correia; a rotunda de D. Pedro V ou o IC23; a rotunda Heitor Carvalheiras; as rotundas do IC23; a VL9; a 1ª e 2ª fases do Jardim do Morro e Jardim Soares dos Reis.

Disse que os 3 milhões de euros da Gaiurb são integralmente para 2017 e que a Câmara Municipal não vai ficar a dever nada à empresa em 2016 e já pagou integralmente o valor do PROHABITA que nem sequer estava no orçamento municipal anterior, porque foi pago no âmbito do saneamento financeiro, ficando a situação regularizada, assim como a situação de Vila d’Este e vai-se ter o contrato mandato para 2017 paralelo ao contrato programa.

Relativamente à Inovagaia, disse que a Câmara Municipal pretende mantê-la não numa lógica de transferências por contrato programa, porque é ilegal. Que a Câmara abandonou a hipótese de recorrer a consultores externos, como se chegou a ter no mandato anterior, consultores externos para o quadro comunitário, e contratualizou-se com a Inovagaia o fornecimento desses serviços. Disse que a Inovagaia está a assessorar a Câmara Municipal no



ponto de vista do quadro comunitário e numa série de candidaturas, em articulação com a Gaiurb e as Águas de Gaia e a Câmara Municipal, por via de prestação de serviços, paga o serviço direto e o fim de financiamento da Inovagaia. Que no dia que, por exemplo, o quadro comunitário já não exija este tipo de consultadoria, não sabe o que irá acontecer à Inovagaia, porque teme que a Câmara Municipal fique numa situação desagradável, porque não sabe qual a consultadoria que a Inovagaia possa dar que justifique a manutenção do seu financiamento, porque só com as rendas das empresas existentes no espaço onde está localizada a Inovagaia, não é viável o seu funcionamento. Que neste momento, o modelo a seguir é o seguinte: concurso de consultadoria em que cinco empresas candidataram-se e a Inovagaia ganhou e a Câmara Municipal pagou o contrato de prestação de serviços e não o contrato programa e transferência de subsídios. Relativamente à obra de reabilitação da auditoria, disse que o valor da obra está contemplado em 2016 e nada transita para 2017. Que a empreitada do auditório é integralmente paga em 2016, pelo que, não consta no PAO de 2017.

O Sr. Vereador Firmino Pereira agradeceu todas as explicações dadas pelo Sr. Presidente, mas relativamente ao auditório municipal, disse que a rubrica tem de constar no PAO de 2017, porque em outubro de 2016, tecnicamente a rubrica tem de constar com o compromisso da empreitada a esta época.

A Srª Diretora Municipal de Administração e Finanças, Drª Manuela Garrido, disse que a obra foi prevista no PAO de 2016 e a partir do momento que foi adjudicada em início de setembro, fez-se um acerto de cabimento, porque houve um valor previsto inicial superior ao da adjudicação. Disse que foi feita a correção ao valor do cabimento e fez-se o compromisso pelo valor da adjudicação e celebrou-se o contrato na cerimónia pública do Auditório Municipal, em outubro. Que como no orçamento de 2016, a Câmara Municipal não tinha rubrica específica para o Centro de Convenções de Gaia, fez-se o cabimento por uma rubrica genérica da cultura, em empreitada em serviços municipais. Que o cabimento ficou feito integralmente nessa rubrica e o compromisso. Disse que a Câmara Municipal, neste momento, o que vai ter na rubrica do orçamento para 2017, é o valor a transitar em termos de compromisso do valor total adjudicado e compromissado e esse valor vai estar integral no valor a transitar a 1 de outubro de 2016, mas numa rubrica genérica da cultura.

O Sr. Vereador Dr. Elísio Pinto disse que o PAO pode ser lido de algumas maneiras e contem 10 pilares fundamentais que o sustenta e reafirma aquilo que o Sr. Presidente referiu no âmbito de "Educar". Que teve a oportunidade de visitar três escolas e partilha com os presentes o enorme contentamento que existe no âmbito da Associação de Pais e de Professores. Disse que o Gaiaprende+ e o Gaiaprende+i são excelentes projetos destinados a valorizar as crianças e os pais e todo o corpo docente, pelo que, há que deixar esta referência. Que na base do "Cuidar" a nível da saúde, disse haver essa preocupação, assim como, ao nível do emprego, em que a Cerâmica de Valadares é o expoente máximo da enorme prestação de cuidados e envolvência que o Município e o Sr. Presidente da Câmara tiveram e isso não pode passar despercebido a ninguém, assim como a economia social, que é um setor fundamental e importante. Que são instituições que fazem investimento, criam postos de trabalho e ficam instaladas no Município e esses investimentos e criação de postos de trabalho ficam e produzem efetivamente mais valias no Município de Vila Nova de Gaia. Registou também o observatório social que é um instrumento de medição, que vai ser de enorme utilidade à Câmara Municipal.

Deliberação:

Deliberado por maioria, por 9 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Firmino Pereira, **aprovar o Plano e Orçamento, as Normas de Execução Orçamental e o Mapa de Pessoal para 2017 do Município de Vila Nova de Gaia.**

Mais foi deliberado submeter o presente assunto a aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

July
9

Declaração de Voto do Senhor Vereador Firmino Pereira

“Declaração de Voto - Orçamento de Gaia para 2017

Este é o último orçamento do actual mandato da gestão socialista em Gaia.

Continua a ter a marca de uma Gaia sem ambição perdendo o protagonismo no contexto político que o terceiro Município do País deveria ter.

Decepção, uma gestão frouxa que não aproveitou o grande desenvolvimento de Gaia entre 1098 e 2013.

Novos paradigmas da gestão Municipal seriam exigidos, dando dois exemplos: políticas sociais arrojadas e inovadoras e aposta no crescimento para atracção de investimento que potenciaria mais e melhor emprego.

Este orçamento é mais do mesmo “chorando” pela pesada herança financeira que por si só paralisou o dinamismo de Gaia, na óptica da actual gestão socialista e que provocou a manifesta ambição dos protagonistas da gestão Municipal.

As mais significativas obras deste mandato foram protagonizadas por obras que estavam paradas por dificuldades externas à Câmara e aparece o argumento estafado que foi preciso desenvolver estas obras com grande esforço financeiro.

Esquecem, mas é bom lembrar e que seja referido que estas obras foram e bem negociadas pela Câmara anterior e todas elas tinham participação de fundos comunitários.

Dos 64 projectos destacados pela actual gestão para 2017, não passam de uma bandeira eleitoral, porque muitos não se materializarão dado não terem qualquer correspondência financeira no orçamento.

São 64 propostas de um qualquer programa eleitoral feito a menos de um ano de eleições autárquicas.

Por aquilo que este executivo não fez entre 2013 e 2016 sou levado a concluir que não terá capacidade nem arrojo de avançar com a esmagadora maioria das promessas.

A nova marca de Gaia, bem colorida, que foi apresentada recentemente, deveria ser substituída por um fundo negro que identifica a gestão socialista neste mandato.

A redução do IMI foi pouco significativa e basta ver a irrisória redução deste ano de 1% que colocará Gaia com uma taxa de IMI mais elevada do País.

A marca de Gaia criada recentemente pelo executivo Socialista é “verdadeiramente todo um mundo” de desilusão de três anos e mais um de continuidade desperdiçados não se identificando nunca uma estratégia e verificou-se uma clara perda de importância política na região e no País.

Gaia “todo um mundo” agarrado a uma desculpa fanática ligada ao passado do discurso repetente da dívida que empobreceu e tolheu a ambição e a criatividade na gestão do Município.

Como conclusão, não poderei deixar de votar contra este Orçamento para 2017.

O Vereador do PSD

Firmino Pereira”

Declaração de Voto do Sr. Vereador, Dr. Elísio Pinto

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Exmo. Senhor Presidente

Desde o primeiro dia do nosso mandato, a primeira e última coisa que sempre tive como referencial, é a valorização e a defesa dos interesses e os desígnios da nossa Cidade e dos seus habitantes.

Os Municípios vivem dias nada favoráveis para grandes promessas.

Apesar de tudo e com a diversidade de problemas que no meu entender foram corrigidos, GAIA tem um dos polos urbanos mais desenvolvidos da Região Norte, sendo uma das alavancas que deve contribuir para uma melhoria da qualidade de vida dos Gaienses.

Assim sendo, GAIA deve ser um Município facilitador e indutor na captação de investimentos tendo como objetivo a modernização do território, porque a chave do nosso sucesso está na competitividade das nossas Empresas.

Este potencial de oportunidades que GAIA – Todo Um Mundo tem à sua disposição, o Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, o Porto de Mar de Leixões, e a oferta de uma rede ferroviária, metro e auto-estradas. São infra-estruturas fundamentais para uma aposta a ter em conta de qualquer investidor, não esquecendo os três centros de investigação de excelência, como também a importância que GAIA oferece pela qualidade dos seus recursos humanos, sendo factores essenciais para a expansão do nosso modelo de desenvolvimento.

Na Educação e na Ação Social, ao considerar a valorização da escola pública, o conceito de educação “é maior do que os limites do espaço físico da sala de aula”. Nesse contexto, saliento a continuidade de uma posta no Gai@prende+ e no Gai@prende+, destinado a crianças com necessidades educativas especiais e o projecto de Emergência Social, sendo uma importante retaguarda à escola e de grande Alcance Social.

Todos devemos ter consciência que as autarquias locais são o patamar da administração cuja governação é mais estável, não só pela proximidade aos cidadãos e por isso verdadeiros agentes da promoção, que aproveitando os seus ativos diferenciadores, com lideranças conhecedoras do seu território e uma visão estratégica os resultados serão certamente de prosperidade.

Assim sendo, como Gaiense e responsável pelo mandato que me foi conferido, estou do lado das decisões que considero certas para a melhoria e valorização da vida dos Gaienses.

Tive uma preocupação, analisar o Orçamento para 2017 e decidir com seriedade política os interesses superiores de Vila Nova de Gaia, em detrimento de outros interesses.

Chegado a este ponto de aprovação e votação do ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO – 2017, este é o momento por excelência para avaliar o desenvolvimento da nossa Cidade GAIA.

Estou em condições de afirmar que este Orçamento:

Beneficia os Cidadãos;

Beneficia as Empresas;

Beneficia a Coesão Social;

GRANDES OPÇÕES DO PLANO:

Aposta forte na Ação Social, com uma verba de 1,214.000,00 €, a qual representa um aumento em relação a 2016 de 122%.

Na Saúde 270.160,00 €, com um aumento de 444%, em relação a 2016;

No Ensino não Superior, 5.748.700,00 €, um aumento de 18,38% em relação a 2016;

Na Cultura 1.679.570,00 €, um aumento de 32,55% em relação a 2016;

No Desporto e Recreio 7.190.290,00 €, um aumento de 23,35% em relação a 2016;

Nos Transportes Rodoviários 11.917.570,00 €, um aumento de 25,89%, em relação a 2016;

Despesas de Capital, um investimento de 51.711.900,00 €, representando um aumento de 15,32%, em relação a 2016;

Despesas Correntes, com um total de 108.277.010,00 €, representando um diminuição da Despesa em 4,05%, em relação a 2016.

É um orçamento que prevê cada vez mais investimento e menos despesa corrente, como também os Compromissos Plurianuais que em 2017, são de 21.542.318,58 €, para fazer face às responsabilidades financeiras. Entendo afirmar que este orçamento “Amigo das Famílias”, ao reduzir a Taxa de IMI, da fatura da Água e ainda contempla uma série de benefícios fiscais, para Empresas que promovam o emprego.

O Orçamento para 2017 que a Câmara apresenta é de afirmação na Marca GAIA – Todo Um Mundo, de coragem e de investimento, com sustentabilidade financeira.

Assim Sendo, este Orçamento assenta num modelo de gestão Inteligente e Sustentável.

Hoje mais do que nunca, não é possível continuar a alimentar comportamentos que ajudam a descredibilizar os políticos e a política, contribuindo até para que o mérito de outros se possa desvanecer.

Todos temos a responsabilidade de conquistar a credibilidade de fazer política.

Ser militante desta ou daquela força política, não obriga a aceitar tudo e, tendo em consideração um documento que é defensor de valores humanos e de uma coesão social, oferecendo melhor qualidade de vida às populações. Este é o caminho que pretendo seguir:

Um caminho de preocupação com as Pessoas, um caminho de Solidariedade para com os mais vulneráveis, um Caminho de Investimento Inteligente e Sustentável.

Assim sendo e com toda a honestidade, pelo que acima afirmo, voto favoravelmente o Orçamento e Opções do Plano para 2017.

*O Vereador
Elísio Pinto”*

Declaração de Voto da Sra Vereadora Eng^a Mercês Ferreira

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Reunião de câmara de 31 de outubro de 2016

Este será o último Plano e Orçamento que votarei neste mandato e por essa razão considero o momento oportuno para fundamentar a minha posição na votação deste instrumento tão relevante da gestão de um Município.

Os Municípios portugueses foram nos últimos anos agredidos por um conjunto de medidas que limitou o exercício das suas atribuições. Falo da redução de transferências do Estado, da lei dos compromissos, da legislação que limitou o recrutamento e renovação dos ativos humanos que garantam uma eficaz resposta aos novos desafios que se colocam ao poder local. A história julgará as consequências deste ataque ao poder local, que em minha opinião é o que mais contribui para a solução dos problemas das populações e para a melhoria da sua qualidade de vida.

O meu percurso de vida, quer em funções técnicas, quer em funções como eleita local, foi sempre motivado por ideais cívicos e de atuação que visam o “bem comum”, alocando sempre um espírito de elevada responsabilidade sem seguidismos sectários, cegos e ineficientes na gestão da “coisa pública”.

Particpei com muito orgulho, nos últimos 27 anos, no desenvolvimento e construção do que hoje é Vila Nova de Gaia, tal como a maioria dos colegas deste executivo, pelo que não podemos renegar a nossa participação nos diversos momentos desse caminho. Sendo que para mim o juízo dos gaienses sobre esse trabalho é de facto o que importa.

Foi com estes pressupostos que aceitei há 3 anos o convite que me foi dirigido pelo Sr. Presidente, suportado no conhecimento que tinha deste meu trabalho, ignorando opções partidárias de cada um, apenas considerando a vontade de dar seguimento ao trabalho positivo desenvolvido nas áreas que abracei e cujos impactos diretos nos gaienses são muito relevantes. Tenho cumprido com a lealdade institucional e pessoal este compromisso, atuando sempre com o bom senso que sempre me caracterizou.

A minha solidariedade com as opções e as estratégias definidas pelo Sr. Presidente, corroboradas em mais de 98% das votações por unanimidade por este executivo municipal, revelam a forma como estou nestas funções, pese embora, em alguns momentos ter demonstrado a minha discordância com algumas propostas, que fundamentei.

Orgulho-me do passado, reconhecendo também alguns momentos de gestão menos corretos, pois o desenvolvimento de hoje não são o fruto de um “clique” de 2 ou 3 anos, é sim o potenciar dos recursos criados e desenvolvidos ao longo dos últimos 20 anos. Temos de ser coerentes com a nossa participação em todos os momentos, valorizar o que de positivo houve e seguir o caminho do futuro dando o nosso melhor.

Por todas estas razões votarei mais um ano a favor deste Orçamento para 2017, deixando apenas alguns apontamentos de reflexão:

- *Estando num programa de saneamento financeiro, que exige o cumprimento das seguintes premissas: contenção da despesa corrente; redução de níveis de endividamento; maximização de receitas. Penso que*

este documento devia ser acompanhado da evolução da execução desse programa e explicitação das medidas adoptadas com sua monitorização. Devemos ainda reavaliar a componente de maximização de receitas;

- A área ambiental e assuntos conexos não estão explícitos com a prioridade que os desafios de hoje exigem, no entanto, está nas nossas mãos a criatividade para que em todas as áreas de atuação municipal incluamos boas práticas ambientais na medida em que considero as mesmas de importância transversal;
- Mais transparência no seio do executivo e dentro da organização, pois só equipas motivadas e sabendo para onde vão se pode obter melhores resultados. Este orçamento deveria ter sido mais discutido com os respectivos sectores. Grande esvaziamento da capacidade de intervenção da vereação;
- Falha ainda neste documento, a explicitação por um lado dos resultados da aplicação do Orçamento Participativo OP, durante o exercício que termina e como vai ser desenvolvido em 2017. Considero este assunto de grande relevância, pois estamos perante um instrumento que, quando bem planeado e bem executado será o futuro paradigma da boa governação pública, com excelentes ganhos quer para governantes e quer para governados. Um bom OP e bem conduzido, pode transformar-se numa excelente Escola de Cidadania reforçando assim o capital social de uma comunidade. Os representantes políticos eleitos devem ser cada vez mais aqueles, que sabem conduzir os processos de implementação das decisões tomadas pelos cidadãos em parceria com os governantes.

Um dos princípios da responsabilização política na gestão municipal, compreende a gestão eficiente das receitas, o que pode ser avaliado pela capacidade de gerar receitas próprias e sua importância nos orçamentos. Este indicador, em Vila Nova de Gaia, tem sido um indicador, desde a última década positivo e revela a capacidade do município de se recuperar financeiramente, e acrescida de uma gestão controlada levará a uma gradual sustentabilidade financeira.

Não entendo como se pode votar contra um orçamento que espelha a gestão municipal global do Município e durante a sua execução anual, as medidas que a integram são votadas favoravelmente por unanimidade em cerca de 98% dos pontos submetidos a votação, continuo a minha atuação nesta linha de rumo responsável. A coerência deve sobrepor-se à demagogia. Por essa razão votarei favoravelmente, sem prejuízo de continuar atenta à gestão que se desenvolverá e que deve ser controlada e priorizada em prol dos gaienses.

Vereadora do PSD
Mercês Ferreira”

ACORDO DE COLABORAÇÃO DA XI EDIÇÃO DA MANIFESTA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA, A ANIMAR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL POVO PORTUENSE, C.R.L.

Foi presente o documento referido em epígrafe que se anexa no final por fotocópia sob o nº 2, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara para ratificação. 26.10.2016”

Deliberação:

Deliberado por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 26.10.2016 que aprovou o acordo de colaboração da XI edição da Manifesta celebrado entre o Município de Vila Nova de Gaia a ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local e a Cooperativa de Solidariedade Social Povo Portuense, C.R.L. no âmbito da MANIFesta- Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local e da Economia Social e Solidária, que decorrerá em Vila Nova de Gaia, entre os dias 09 a 13 de novembro de 2016.

RECOMENDAÇÕES FORMULADAS NO RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 13/2015 – AUDITORIA ORIENTADA AO ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA – INFORMAÇÃO Nº 77/DAJ EDOC/2016/52821

Foi presente o documento referido em epígrafe que se anexa no final por fotocópia sob o nº 3, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 25.10.2016"

O Sr. **Presidente** disse que há cerca de 10 anos ou mais, a Câmara Municipal tem orçamentado no lado da receita, um valor muito considerável de indemnizações de entidades como os CTT, a RTP, a Metro do Porto, Refer, Infraestruturas de Portugal, por protocolos escritos e que, de acordo com a auditoria do Tribunal de Contas, a Câmara deveria clarificar. Que solicitou um parecer ao Departamento Jurídico interno, o qual tem acompanhado estes processos que valem cerca de 12 milhões de euros, sobre o que fazer com os resultados da referida auditoria, sendo certo que seria impensável abdicar da receita, assim só porque o Tribunal de Contas assim o diz. Que respeita o Tribunal de Contas e fará o que o mesmo referir num certo sentido, mas o Tribunal de Contas não é dono da razão sem pelo menos a Câmara Municipal exercer o regime contraditório. Que a opinião do Departamento Jurídico está explanada no documento hoje apresentado em reunião de Câmara. Entende que a única coisa que a Câmara Municipal tem de fazer para poder respeitar o Tribunal de Contas, é decidir uma de duas coisas, ou aceita cegamente a determinação do Tribunal de Contas de retirar a receita e abdica de muitos milhões de euros a que a Câmara Municipal alegadamente pode ter direito ou, em alternativa, reconhece que não quer ficar vinculada a uma decisão de retirar uma receita importante ao Município, só porque o Tribunal de Contas genericamente disse que era de retirar. Entende que a melhor solução é entregar aos Tribunais a decisão sobre esta questão. Que se os Tribunais decidirem que o Município tem que abdicar desta receita, a Câmara Municipal no próximo orçamento não a incluirá, mas enquanto a Câmara Municipal tiver documentos válidos em que alguns já deram origem a pagamentos, não se sente à vontade para abdicar desta receita, sem uma decisão judicial. Primeiro, porque ela está a ser incorporada no orçamento no lado da receita há mais de 10 anos; segundo, porque tem documentos de suporte; terceiro, porque embora respeite o Tribunal de Contas, entende que este tem de perceber que não tem o poder de limpar com uma borracha, 10 milhões de euros da conta da Câmara, porque de hoje para amanhã outro Tribunal de Contas qualquer ou outro Tribunal qualquer, pode vir dizer "aqueles tipos levanamente abdicaram de receita sem ter lutado por ela". Que se a Câmara Municipal admitir recorrer a Tribunal, vai ter de pagar os advogados, as custas judiciais e o custo da ação, se perder. Contudo, mas pagando o custo da ação, a Câmara Municipal fica aliviada de não ter sido ela responsável por abdicar de 10 milhões de euros da sua conta. Disse que parte deste dinheiro diz respeito à VL9 e curiosamente as antigas Estradas de Portugal comprometeram-se pagar 7,5 milhões de euros para as expropriações dos terrenos, destinado à construção da via, pelo que, não foi o Município que expropriou, apenas negociou. Entende que não tem direito em despachar favoravelmente esta informação e que a Câmara Municipal não tem direito de decidir limpar este dinheiro do orçamento, relativamente a três processos tão importantes, pelo que, a proposta que apresenta é que os Srs. Vereadores decidam, não em sentido contrário ao Tribunal de Contas, mas no sentido de pedir aos Tribunais que clarifiquem a posição da Câmara Municipal, para posteriormente responder ao Tribunal de Contas a decisão da Câmara Municipal.

O Sr. **Vereador Firmino Pereira** disse conhecer os protocolos e contratos em causa, os quais foram assinados de boa-fé entre a Câmara Municipal e as entidades que os subscreveram e entende que, dado que estas entidades não cumprem com as suas obrigações financeiras e há casos em que parte dos protocolos estão cumpridos, a Câmara Municipal deve levar até às últimas consequências e litigar para ser ressarcida daquilo que foram os compromissos dessas entidades, para com o Município de Gaia.

Deliberação:

Deliberado por unanimidade, exigir juridicamente os créditos sobre as entidades referidas na informação nº. 77, do Departamento de Assuntos Jurídicos, de acordo com o despacho do Senhor Presidente da Câmara, exarado na referida informação, a saber: “... Entendo que, apesar das eventuais dificuldades jurídicas, a Câmara deve decidir pela via judicial para clarificar estas receitas, não me competindo assumir essa decisão de forma unilateral depois de tantos anos de contabilização”.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 19 horas e 10 minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata aprovada, por unanimidade, nos termos do disposto no nº 1 do art.º 34.º do CPA e no nº. 1 do art. 57º do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do nº 1 do art. 11.º do Regimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, aprovado pelo Executivo na sua reunião de 2013.10.25.

E eu, , Diretora Municipal de Administração e Finanças e Secretária da presente reunião, a subscrevi.

O Presidente da Câmara,



(Eduardo Vitor Rodrigues)